



COMDEMA
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ATA
REUNIÃO ORDINÁRIA 10/2019

Bauru, 30 de agosto de 2019.

Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, na Fazenda São João em Piratininga, reuniram-se os conselheiros: Gilda Maria Scalfi Carvalho - SEMMA; Ana Elisa Moura Talon - Seplan; Otaviano Alves pereira e Luiz Fernando Nogueira Silva - ambos da Sagra; Renato Macari - DAE; Sirlei Sebastiana Polidoro Campos - SME; Renato Theodoro Delgado - CDRS; Maria Izabel Merino de Medeiros - APTA; José Paulo Braga Sampaio - FF; Aloísio Costa Sampaio - UNESP; Luiz Miguel Axcar - Instituto Soma; Lourenço Magnoni Júnior - AGB; Ricardo Scarelli Carrijo - Instituto Vidágua; Juliana Maria Pinheiro e Simony Silva Coelho - ambas da OAB; Alfredo Neme Neto - Assenag; José Brazoloto - ABES; Eusébio Giraldes de Carvalho Junior - Asten e Dorival José Coral e Gisele Moretti - ambos da COOPECO Inserir o CARRIJO. Também estiveram presentes: Lídia Araújo Bonfim - Lotus Jr.; Maísa Jampauli Bernardes - Semma; Antonio Vicente Moscolgiato - DAE; André Vianna - Sagra; Marcio Henrique Gomes dos Santos - Prefeitura Municipal de Piratininga; Gabriel G. Mattos - Sagra; Guilherme Coral e Benedita Moreira - ambos da Coopeco e Fernanda Cezario - SEMMA. Justificaram a ausência: Elton Rafael Alves de Oliveira - DAE; Marcelo Makino - Emdurb; Leandro Pires Marcomini - PAMB; Marcio Colim - IAB e Klaudio Coffani Nunes - Ciesp. Tratou do seguinte assunto: **1 - Aprovação da ATA da reunião ordinária de 26 de julho de 2019; 2 - Aprovação da ATA da reunião extraordinária de 09 de agosto de 2019; 3 - Esclarecimentos sobre o processo transferência da gestão dos ecopontos para a ASCAM; 4 - Esclarecimentos sobre a análise do extrato do FMMA; 5 - Esclarecimentos sobre processo 85.256/2019 que trata do projeto de lei que cria o Fundo Municipal para recuperação dos Mananciais Superficiais com recursos do DAE; 6 - Apresentação pela CTLegis da proposta de Edital do PAPP; 7 - Parecer da CTArborização Urbana sobre os processos enviados pela SEMMA; 8 - Parecer da CTRS sobre os processos enviados pela SEMMA sobre o transporte e deposição de resíduos em locais não autorizados; 9 - Apresentação dos documentos que serão entregues ao Programa Município VerdeAzul; 10 - Apresentação das discussões ocorridas nas reuniões dos Comitês de Bacias Hidrográfica; 11 - COMDEMA itinerante; 12 - Outros assuntos.** A reunião iniciou-se às 9h30min com o agradecimento do presidente Dorival e logo em seguida iniciou-se a pauta. **1 - Aprovação da ATA da reunião ordinária de 26 de julho de 2019.** Dorival esclareceu que todo inicio de reunião irá fazer a aprovação da ata da reunião



COMDEMA CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

anterior, apesar da mesma já ter sido enviada por e-mail e aprovada, porém acredita ser importante realizar presencialmente no início de cada reunião. Questionados todos concordaram com a aprovação da ata da reunião ordinária 26 de julho de 2019. O Vicente (DAE) colocou que na ata referente aos TCRA's do DAE ele comentou que ficou em dúvida sobre os valores repassados na ocasião. Dorival solicitou que enviasse seu questionamento por e-mail para todos os membros, e que se houver a necessidade de alteração, seria apresentada na próxima reunião. **2 - Aprovação da ATA da reunião extraordinária de 09 de agosto de 2019** - Dorival esclareceu que haviam dois decretos com grupos distintos para realizar a análise dos processos referente aos parques naturais. O prefeito decidiu por unir os dois e provavelmente haverá reunião na próxima semana. Complementou ainda que se houver necessidade convocará uma reunião extraordinária para análise dos sete parques que ainda faltam analisar. **3 - Esclarecimentos sobre o processo transferência da gestão dos ecopontos para a ASCAM** – Dorival passou a palavra para a Gisele da Coopeco para que comentasse o andamento do processo. Gisele citou que foi entregue toda a documentação solicitada, que nesta manhã às 11h terá que se ausentar para participar de reunião no gabinete do prefeito e que provavelmente o chamamento público sairá no diário de terça-feira. Dorival esclareceu que a transferência da gestão dos ecopontos para a Ascam deverá acontecer por meio de chamamento público, apesar de o COMDEMA na reunião anterior ter ressaltado a possibilidade de convênio direto embasado por lei, sem a necessidade de chamamento público. O jurídico da prefeitura justifica o chamamento público, como a melhor forma jurídica para ocorrer a transferência de gestão. Citando outro problema, Gisele solicitou que o COMDEMA se manifeste com relação a alteração de rotas e horários da coleta seletiva por parte da EMDURB, pois com essas alterações de rotas e horários a quantidade de reciclável que tem chegado nas cooperativas diminuiu. Acrescentou que antes de se fazer alguma alteração é necessário um estudo dos locais de maior quantidade de resíduos recicláveis. Carrijo tomou a palavra e com relação à transferência dos ecopontos destacou a importância da definição do responsável pela retirada dos rejeitos no local. Citou ainda, que o Roldão, representante do COMDEMA pela Secretária da Saúde, ficou de apresentar os dados da dengue no município com o link do problema de acúmulo de rejeitos nas cooperativas. Gisele esclareceu, que no caso dos ecopontos, hoje a presença de rejeitos é mínima, pois o funcionário da prefeitura, responsável pelo local, realiza a separação, disposição e retirada dos rejeitos nos dias da coleta domiciliar. Dorival solicitou que todos os membros fiquem atentos ao encaminhamento deste processo, pois acontecendo a transferência o recurso financeiro até o final do ano de 2019 será feito com o FMMA. Gilda questionou sobre quais atividades que serão desenvolvidas pelas cooperativas, pois as mesmas ficaram de apresentar ao COMDEMA. Dorival esclareceu que como está



COMDEMA CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

previsto um processo de chamamento público realizado pelo gabinete, todas as informações serão públicas, e que mesmo assim, haverá uma apresentação detalhada ao Comdema de todas as atividades e valores assim que o edital for publicado. **4 - Esclarecimentos sobre a análise do extrato do FMMA** – Dorival comunicou que enviou um documento para a secretária de finanças solicitando o extrato dos últimos quatro anos e os processos referentes as retiradas. Após muitas cobranças foi enviado um extrato, no dia de ontem às 17h, não sendo possível fazer uma análise das entradas e saídas. As informações sobre os processos solicitados ainda não foram entregues. Solicitou contribuição de membros para análise desse extrato, sendo que Maria Izabel, Gilda e Carrijo se colocaram a disposição para realizar esta análise. Fernanda ficou de enviar no período da tarde os extratos para esses membros. **5 - Esclarecimentos sobre processo 85.256/2019 que trata do projeto de lei que cria o Fundo Municipal para recuperação dos Mananciais Superficiais com recursos do DAE** – Dorival lembrou que se tratava de um projeto de lei na qual 1% das receitas do DAE seria destinada ao Fundo para recuperação de águas superficiais e que a Câmara Municipal solicitou um parecer do COMDEMA sobre o assunto. Os membros Dorival, Klaudio e Juliana que fazem parte da CTLegis se reuniram e elaboraram um documento com embasamento jurídico em resposta ao solicitado. Dorival fez a leitura do documento e em seguida solicitou a aprovação do mesmo. Esclareceu ainda que no mês de abril de 2019 a receita líquida do DAE foi de R\$ 6.209.937,26, sendo que 1% desse valor representa R\$ 62.099,37 mensais, e um valor anual entorno de R\$745.000,00. Prof. Aloísio tomou a palavra e colocou em discussão dois pontos: o primeiro em relação à contrapartida do DAE em relação à construção dos interceptores e construção da ETE (TRCAs), exigida pela CETESB, e que os recursos do Fundo de Tratamento de Esgoto poderiam ser utilizados na recuperação da APA do Rio Batalha, já que está se discutindo essa lei. Na penúltima reunião do COMDEMA não ficou ratificada o compromisso do DAE nesse sentido, ou seja, a outra opção inicialmente levantada seria a aquisição de área nativas de cerrado, com custos bem mais elevados para o Município. Solicitou um posicionamento oficial da autarquia, pois considera consenso no Conselho que a opção de recuperação otimiza os recursos e minimiza o assoreamento do Rio Batalha, contribuindo de maneira decisiva na estabilidade de recarga do reservatório da ETA, responsável por 35% do abastecimento da cidade. Outro ponto levantado é com relação à Parceria Público-Privado (PPP) que está sendo elaborada pela Caixa Econômica Federal, que Aloísio acredita ser importante que a equipe técnica da Caixa realize uma apresentação ao COMDEMA e/ou Audiência Pública para conhecimento do que estará sendo proposto, pois acredita, que como estamos discutindo a questão da transferência dos ecopontos para as cooperativas, seria importante verificarmos como a PPP está tratando essa questão. Dorival esclareceu que conversou com a Mayra do DAE e a mesma

3/9



COMDEMA CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

informou que os processos para compra de áreas continuam caminhando. Em reunião com o presidente do DAE, Sr. Areco informou que o processo de compra de área está caminhando, entretanto não soube informar com precisão em que fase se encontra. Gilda questionou se o valor de 1% seria destinado para recuperação do Rio Batalha. Dorival esclareceu que o valor é para recuperação de qualquer manancial que esteja na Bacia do Rio Batalha. Renato questionou se essa exigibilidade da secretária do meio ambiente de que teria de comprar as áreas foi documentada. Maria Izabel respondeu que acredita que não, pois nunca houve acesso a tal documento e que acredita serem opções propostas pela Cetesb que necessita de uma atitude real por parte do DAE. Renato esclareceu ainda que mesmo que se tenha a intenção por parte do DAE pela compra das áreas, é necessário que se tenha o PRA, algo que ainda não se tem, sendo assim, mesmo que haja a compra das áreas, não estará atendendo o cumprimento dos CTRAs por parte do DAE. Dorival colocou que o DAE sabe que o posicionamento do COMDEMA é contra a compra de áreas, sendo favorável a recuperação do Rio Batalha. Maria Izabel colocou que seria importante o COMDEMA fazer um documento e entregar a Mayra do DAE sobre a necessidade de regularidade da propriedade para realização da compra. Dorival complementou que constará em ata e a mesma será enviada a Mayra. Carrijo argumentou que existem duas vertentes: uma seria a compra da área e a outra é a recuperação de áreas via projetos. Para o COMDEMA a recuperação de áreas via projetos é mais interessante, porém é mais longa. Para o DAE a compra de áreas é mais objetiva, entretanto tem-se que verificar a questão da valoração da área, já que os critérios utilizados são subjetivos. Renato voltou a destacar que, além da questão de valoração da área, existe o problema técnico da regularização ambiental das áreas atendendo o Novo Código Florestal que não está sendo considerada e discutida. Maria Izabel acredita que se o processo de recuperação do Rio Batalha iniciar, mesmo que lento, a Cetesb dar-se-á por satisfeita, pois a mesma exige que algo seja iniciado e não necessariamente a solução mais rápida. Gabriel (Sagra) repassou informações sobre processos relacionados ao cumprimento dos TCRAs. No ano de 2015/2016 o mesmo realizava um trabalho de colocação de interceptores no DAE, quando a Cetesb solicitou a paralisação das atividades devido o DAE não estar cumprindo os TRCAs. Diante deste problema, juntamente com outros funcionários, foi feito o levantamento de todos os TCRAs que o DAE tinha e elaborado um planejamento de reflorestamento de 10 hectares nas margens do Rio Batalha, além da compra de algumas áreas para cumprimento dos TCRAs de menor valor. Porém, com a troca de presidente do DAE não foi dado andamento ao projeto, sendo o mesmo arquivado. A nova gestão surgiu com a ideia de comprar 120 hectares de área, entretanto não considerou alguns itens que já haviam sido discutidos, como o gerenciamento da área e que, se não fosse cercada, poderia sofrer com invasões. Gabriel, com relação ao projeto de lei sobre

Gilda



COMDEMA CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

os mananciais, informou que a Sagra recebeu um recurso de 700 mil reais da Agência Nacional das Águas com a premissa de reflorestamento de nascentes e o pagamento por serviços ambientais (PSA). Citou ainda, que no ano de 2015 foi elaborada uma lei, não exequível em sua opinião. Portanto os funcionários da Sagra sugerem a criação de um Fundo por meio de uma nova proposta de lei, onde o recurso para o Fundo viria do projeto de lei dos mananciais (85.256/2019), e receberia 20% do montante arrecadado dos 1% e solicitou apoio ao Comdema. Gabriel ainda destacou a importância do Pagamento de Serviços Ambientais - PSA por parte do poder público para o produtor que sede parte de sua propriedade para recuperação ambiental. Carrijo citou ainda que o conceito é ampliado, pois o serviço das cooperativas também pode ser remunerado e colocou que este assunto está sendo amplamente discutido, onde PSA também seja realizado na área urbana e não somente na rural. Gabriel concluiu que o PSA também tem o foco de adquirir áreas na bacia do Rio Batalha que foram plantadas e assim contribuir com o pagamento dos TCRA's da SEMMA e do DAE. Dorival após consentimento dos membros presentes, solicitou ao Gabriel para que envie sua proposta por escrito sobre todo o exposto ao COMDEMA, para que se tenha um documento oficial. **6 - Apresentação pela CTLegis da proposta de Edital do PAPP** - Dorival esclareceu que foram realizadas duas reuniões da CTLegis para trabalhar no edital, porém não foram suficientes para sua conclusão. Acrescentou que existe a necessidade de rever alguns itens e que o mesmo será concluído e apresentado na próxima reunião ordinária do COMDEMA. **7 - Parecer da CTArborização Urbana sobre os processos enviados pela SEMMA** - Dorival esclareceu que a CTArborização Urbana se reuniu uma vez e que analisaram dois processos. Um novo processo foi entregue e desta vez analisado via videoconferência. Em seguida realizou a leitura do parecer de cada um dos três processos para votação da plenária. Processo: 38751/2017, autuado: Antonio Nero Lorencetto - poda drástica em árvore identificada como OITI - Parecer da CT improcedência do recurso, mantida a multa. Processo: 66087/2016 autuado: João Carlos Spuri - laudo de envenenamento de uma mangueira - Parecer da CT procedência do recurso, cancelamento da multa, visto que a mangueira em questão é uma árvore que estava sofrendo com contaminação de fungos e pode ter tido uma morte natural. Processo: 72928/2018 e 79572/2018, autuado: Walter Masseri - poda drástica em árvore identificada como Magnólia Amarela - Parecer da CT improcedência do recurso, mantida a multa. Realizada a votação na plenária todos concordaram com os pareceres emitidos pela CTArborização Urbana. **8 - Parecer da CTRS sobre os processos enviados pela SEMMA sobre o transporte e deposição de resíduos em locais não autorizados** - Dorival esclareceu que a CTRS está com 14 processos para análise e que para oito processos Dorival realizou a leitura e encaminhou um resumo aos membros do CTRS, mas infelizmente a CT não conseguiu se reunir durante esse mês. Os

5/9



COMDEMA CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

pareceres serão então apresentados à plenária na próxima reunião. Em seguida, Dorival pediu desculpas por ter que se ausentar para juntamente com Gisele, participar de uma reunião no gabinete do prefeito. Acrescentou que a vice-presidente Maria Izabel conduziria a reunião. **9 - Apresentação dos documentos que serão entregues ao Programa Município VerdeAzul** – Fernanda interlocutora do PMVA iniciou apresentando o slogan do programa “Ação local, por uma causa global”, e explicou que a ideia do programa é que cada município realize ações sustentáveis para que o estado de São Paulo seja um estado sustentável. Em seguida lembrou que o programa estimula ações ambientais locais e avalia o desempenho dos municípios paulistas ano a ano tendo como propósito medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental municipal. O programa tem como objetivos: incentivar os municípios a instituírem estrutura, conselhos e corpo técnico voltado ao meio natural, internalizar a presença da variável ambiental na agenda; estimular o poder público local a fortalecer o planejamento ambiental em seu cotidiano e descentralizar a política ambiental no Estado de São Paulo, gerando eficiência na gestão. Citou ainda a importância do gestor público municipal em participar deste programa, onde o município poderá capitalizar os resultados obtidos e maximizar a qualidade de vida dos munícipes, favorecendo o desenvolvimento sustentável da economia municipal e paulista. Colocou que nas reuniões que acontecem do PMVA o coordenador do programa está reforçando que a ideia principal do programa é melhorar a qualidade de vida das pessoas e os recursos financeiros são consequência de uma boa gestão. Citou ainda que ao final de cada ciclo anual, é avaliada a eficácia dos Municípios na condução das tarefas propostas na Agenda Ambiental Municipal. Que no mês de abril é realizada qualificação para a certificação onde há a entrega do certificado aos municípios que foram qualificados. Fernanda destacou que Bauru foi qualificado com 65,09 pontos e apresentou os valores obtidos em cada diretiva. Informou ainda que o prazo para entrega dos relatórios é até dia 30 de setembro e que o município precisa fazer no mínimo 80 pontos para ser certificado. Em seguida foram apresentados os itens que **não** serão entregues: **Diretiva Município Sustentável**, o item MS1 – Aguardando documentos da Secretária de Obras do setor de iluminação para concluir o relatório. Provavelmente para este ano este item não será atendido. MS3 – não será entregue porque o município ainda não tem a lei do DOF. **Diretiva Estrutura e Educação Ambiental**, EEA1 – o programa está funcionando, porém ainda não foi aprovado na Câmara e por este motivo não poderá ser pontuado. Para que se consiga pontuar futuramente, foi marcada uma reunião com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara para apresentação do projeto e sensibilização sobre a importância de sua aprovação na Câmara. EEA3 – Referente ao PSA, será enviado dados do serviço ambiental urbano realizado pelas cooperativas informado pelo Marcelo da EMDURB que enviará até a semana que vem os documentos necessários. **RETIREI PORQUE A LISTA É DE ITENS**



COMDEMA
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

QUE NÃO SERÃO ENTREGUES – VERIFICAR!! Gabriel colocou que com a aprovação dessa lei que a Sagra está propondo já irá atender esse item do PMVA. Carrijo citou que a Cooperativa Coopeco está correndo o risco de ficar sem prédio para desenvolver as atividades, devido o dono estar com uma dívida grande com a prefeitura em relação a pagamento de IPTU. Citou ainda o proprietário tem interesse em entregar o prédio para a prefeitura como forma de pagamento dos IPTUs Acrescentou que conversou com ??????? sobre este assunto e o mesmo informou que o processo está com ele e que em breve se resolverá, entretanto o tempo está passando e nada foi resolvido. Gilda colocou que prédio pode ser da prefeitura, cedido para a cooperativa, como é feito com a Cotramat. Maria Izabel comentou que no dia da Assinatura da Lei dos Grandes Geradores o Prefeito Municipal repassou a Gisele (Coopeco) a intenção de cessão do prédio à Cooperativa. **Diretiva Gestão das Águas - GA6**, aguarda o envio dos documentos do Fórum Pró-Batalha. Comentou que o presidente do Fórum Klaudio ficou de enviar na próxima semana. **Diretiva da Qualidade do Ar - QA1** – não será entregue porque não foi montado o cronograma e em contato com o responsável descobriu-se que não há previsão. Maísa colocou que no ano anterior ela também enviou relatório constando sem previsão, pois recebeu a mesma informação. Gilda comentou que neste item seria produtivo enviar a ata do COMDEMA constando a compra dos veículos para a SEMMA, inclusive sendo um dos veículos destinados a Educação Ambiental do Horto Florestal que terá início no próximo ano. Fernanda agradeceu as sugestões e ficou de montar os relatórios para envio. Diretiva Uso do Solo, serão entregues todas. **Diretiva Arborização Urbana. AU1** – não será entregue, pois não foi desenvolvido ainda. A diretora do setor Keila repassou que está com dificuldade de execução. Marcio complementou que é necessário criar uma lei e a mesma deve conter um cronograma de 12 anos, pois é uma diretiva bem complexa. Diretiva Resíduos Sólidos **RS6** – Bauru possui o Ecoverde, porem no momento o mesmo não está funcionando corretamente devido a falta de equipamento, sendo assim, não será entregue essa diretiva. Maria Izabel sugeriu contato com a USP de Bauru, pois eles realizam um projeto de compostagem no Campus. Carrijo sugeriu criar uma composteira na cozinha da prefeitura. Fernanda agradeceu as sugestões e ficou de verificar as possibilidades. **10 - Apresentação das discussões ocorridas nas reuniões dos Comitês de Bacias Hidrográfica** –

– Maisa, funcionária da Prefeitura Municipal de Bauru e representante da Câmara Técnica de Educação Ambiental no Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré, atendendo a diretiva CA1, apresentou as discussões realizadas nas reuniões do Comitê. Iniciou citando são 34 municípios que fazem parte do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré, que os principais rios são o Tietê, Jacaré-Guaçu e Jacaré-Pepira. Citou que existem cinco Câmaras Técnicas e que ela foi indicada pela Prefeitura para fazer parte da Câmara Técnica de Educação Ambiental. Que esta Câmara Técnica possui um Plano Diretor de Educação Ambiental que orienta

Gilda



COMDEMA
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

o Comitê na seleção de propostas de EA, estabelecendo prioridades pra captação de recursos. Explicou como é feita a solicitação de recursos: o proponente apresenta o termo de referência descrevendo o projeto e a CT-EA analisa o projeto de acordo com a ficha de pontuação, na qual atribui pontos de acordo com os itens: **se o** Termo de Referência está completo; se os projetos estão alinhados aos princípios e diretrizes da EA; se a proposta está na relação de prioridades estabelecidas no PDEA; qual o público participante e se o proponente participa das reuniões da CT-EA. Esclareceu que no dia 26 de abril os membros Câmaras técnicas foram convocados para análise e pontuação de solicitações de recursos, que essa reunião aconteceu em Jaú e também foi realizada a eleição da coordenadora da CT – EA, que é a Marina Carboni. Já no dia 05 de julho, com base na reunião anterior, foi divulgada uma deliberação que define as prioridades de investimentos do CBH-TJ. Em seguida apresentou os projetos que foram aprovados pela CT-EA, sendo três projetos: um do Pró-Terra, um do SAAE de São Carlos e um do Veracidade. Apresentou que segundo a deliberação COFEHIDRO Nº 203, de 30/04/2019, havia R\$2.263.931,49 para a utilização no ano de 2019 e com a aprovação dos projetos ficou um saldo de R\$ 39.853,51. Já com relação a deliberação CBH - TJ - 06/2019, que define as prioridades de investimento do CBH-TJ com recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, havia disponível R\$ 6.486.372,03 para o ano de 2019 e com a aprovação dos projetos, ficou um saldo de R\$ 1.312.933,40. **11 - COMDEMA itinerante** – Maria Izabel perguntou se alguma entidade se colocava a disposição para realizar a reunião do dia 27 de setembro. Carrijo se colocou a disposição para realizar na ITE e ficou de enviar por e-mail para a Fernanda a sala e o bloco onde ocorrerá a reunião. **12 - Outros assuntos** - Aloísio demonstrou preocupação sobre a questão dos precatórios e que como cidadão bauruense sugere a administração municipal o não pagamento dos mesmos até a decisão final do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pois em função da CEI realizada pela Câmara Municipal, vários esclarecimentos foram emitidos, reforçando a possibilidade de sucesso nos recursos jurídicos a serem julgados. Mesmo incorrendo-se no risco de um aumento dos valores a serem pagos, a postura firme da administração poderá minimizar novas ações judiciais, argumentando jurisprudência anterior. Ele acredita que o COMDEMA como Conselho Consultivo e Deliberativo deva se posicionar em relação a essa questão. Foi realizado o convite a todos os membros do COMDEMA para participar da apresentação do CTEA na Câmara Municipal de Bauru no dia 10 de setembro de 2019 às 10h. Maria Izabel agradeceu a presença de todos e às 11h, deu por encerrada a reunião e eu, Fernanda Cezario, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada na próxima reunião, será assinada por todos os presentes.

SEMMA

Fernanda Cezario

SEPLAN

Jaqueline de Fátima

SAGRA

Roberto



COMDEMA

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DAE <i>Cláudio Maciel</i>	SME <i>Aracyor</i>	CDRS <i>RJ</i>
APTA <i>[Signature]</i>	FF	UNESP
INSTITUTO SOMA	AGB <i>[Signature]</i>	INSTITUTO VIDAGUA
OAB	ASSENAG	ABES <i>[Signature]</i>
ASTEN	COOPECO	CDRS
APTA	FF <i>[Signature]</i>	UNESP
INSTITUTO SOMA	AGB	INSTITUTO VIDAGUA <i>[Signature]</i>
OAB	ASSENAG <i>[Signature]</i>	ABES <i>[Signature]</i>
ASTEN	COOPECO <i>[Signature]</i>	